

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

Grazielly Soares da Silva^{*}

Resumo: este artigo tem como objetivo refletir acerca dos lugares de memória da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), como esses lugares têm sido ressignificados na atualidade, sob as bases conceituais da repressão e da resistência, e a sua importância, no contexto da chamada justiça de transição, para o aprofundamento da democracia e para o conhecimento da memória política do país.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Lugares de memória; Resistência; Redemocratização.

Introdução

O Mausoléu Castelo Branco, localizado na cidade de Fortaleza-CE, inaugurado no dia 18 de julho de 1972 - ano do Sesquicentenário da Independência do Brasil e também do quinto aniversário de morte do Marechal Castelo Branco – e para onde foram transladados os restos mortais do ex-Presidente e de sua esposa Argentina Viana Castelo Branco, destaca-se como imponente monumento em homenagem ao ex-presidente militar.

Não muito longe do Mausoléu Castelo Branco, encontra-se o Memorial da Resistência de Fortaleza. O Memorial da Resistência, por sua vez, foi idealizado de forma a resgatar as memórias dos cearenses que lutaram contra a repressão política imposta pela ditadura civil-militar (1964-1985) e discutir questões sobre democracia e direitos humanos. Localizado no mesmo edifício da antiga sede da Polícia Federal, local para onde eram levados os presos políticos do regime militar na capital cearense, o lugar abriga hoje a exposição “Arquivo das Sombras”, que contém registros fotográficos e depoimentos que retratam as experiências vividas por presos políticos durante os chamados “anos de chumbo”.

^{*} Grazielly Soares da Silva: Graduada em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e graduanda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: grazielly.soares.silva@gmail.com

Ao contrário do primeiro, cuja arquitetura e expansão (além de fazer parte do conjunto arquitetônico do Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado) não podem passar despercebidos, o Memorial da Resistência é um pequeno espaço, subterrâneo, quase imperceptível, estando constantemente sob a tutela da Secretaria Municipal de Cultura.

Os dois espaços são singulares por seus processos de patrimonialização¹, sua importância histórica ao retratar duas perspectivas diferentes acerca de um período até hoje bastante complexo e controverso da história do país: o contexto da ditadura civil-militar no Brasil. Tais espaços são também chamados *lugares de memória*, conceito que se tornou célebre ao ser usado por Pierre Nora para designar lugares que possuiriam, ao mesmo tempo, dimensões materiais, simbólicas e funcionais. Assim, sendo fruto de construções históricas,

mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o reveste de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. (NORA, 1993, p.22)

Esses lugares de memória², segundo Pierre Nora, em resposta à suposta aceleração da história, inserida em uma sociedade cada vez mais globalizada, dinâmica, efêmera, seriam

1 A construção do Mausoléu Castelo Branco foi uma iniciativa do governo Plácido Aderaldo Castelo (1966-1971), que resolveu incluí-lo no conjunto de edificações do Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado do Ceará, em homenagem ao ex-presidente cearense. Seu projeto de tombamento foi apresentado ao Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (COEPA) em 2004 e aprovado em 2011, em razão de sua arquitetura moderna de reconhecido valor e de seu caráter de documento histórico. O Memorial da Resistência é uma reivindicação de alguns setores da sociedade, notadamente, daqueles ligados ao coletivo Os Aparecidos Políticos, 64/68, que reúne ex-presos políticos do regime militar e estudantes. Foi implementado por meio do Projeto de Lei 0373/2013, de autoria do vereador Evaldo Lima, do PCdoB, na Câmara Municipal de Fortaleza.

2 Embora não tenha tratado particularmente, na sua ideia inicial, de lugares que foram palco de arbitrariedades contra os direitos humanos, a definição de Nora ganhou grandes proporções, tomando novos usos.

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

lugares onde se cristalizam os rastros, os vestígios, as memórias, portanto, locais privilegiados onde ainda se podem encontrar um sentimento de continuidade com o passado. A multiplicação dos lugares de memória seria um dos sintomas da *era da comemoração*, da “obsessão” por preservá-los e fomentá-los. Uma vez que não haveria memórias espontâneas, “é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar datas, porque essas operações não são naturais” (Ibid., p.13) e porque, sem esse movimento, “sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria”. Se, por um lado, os processos de criação de lugares de memória não são movimentos espontâneos, também as reivindicações de quais memórias seriam ali preservadas são, por sua vez, permeadas de conflitos e de lutas, especialmente depois de períodos de autoritarismo político.

Levando em consideração a atualidade dos temas referentes à ditadura civil-militar no Brasil e a importância de políticas de memória que assumem por vezes o caráter de “dever de memória”³, pautando-se em tentativas de reparação de erros historicamente atestados, como a violência do Estado durante o regime civil-militar, este artigo propõe-se a refletir acerca dos lugares de memória no cenário atual do país e de sua importância no contexto da chamada Justiça de Transição, que segundo Paul Van Zyl, é um conjunto de medidas “para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos” (VAN ZYL, 2009, p. 32).

Para tanto, o presente artigo foi dividido em três momentos: primeiro, pôs-se em questão a discussão sobre os lugares de memória, quais os sentidos e disputas presentes nesses espaços, tomando como exemplos, a ressignificação de lugares como o Memorial da

3 Os documentos e os monumentos relacionados ao contexto da Ditadura no Brasil e que pretendem ser espaços de preservação da memória política do país são gritos de protesto contra o apagamento das memórias, não somente interessados no conhecimento do passado, mas partem de uma preocupação ética com o presente e com o futuro: *para que não se esqueça para que nunca mais aconteça*, como exemplo de tema do projeto “Memórias Reveladas”, Centro de Referência de Lutas Políticas do Brasil, institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional, que reúne documentos e informações sobre a história política do Brasil.

Resistência de Fortaleza, o Mausoléu Castelo Branco e o Memorial da Resistência de São Paulo, instituição precursora na dedicação à preservação das memórias políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade). Em um segundo momento, partiu-se da constatação de que boa parte dos espaços que foram reconstruídos de modo a proporcionar um resgate das memórias do período da ditadura civil-militar no Brasil utilizam como conceito basilar de seus projetos (direta ou indiretamente) a questão da *resistência*⁴ e problematizou-se o que está em jogo quando tratamos a noção de *resistência* no discurso desses espaços, no âmbito da chamada “guerra de memória”. Finalmente, pretendeu-se argumentar no sentido de uma maior democratização das memórias na construção do discurso historiográfico, para além das explicações dicotômicas de repressão e de resistência, de modo que esses lugares de memória representem espaços efetivamente plurais.

O #OcupeMausoléu ou a ressignificação dos lugares

No dia 10 de dezembro de 2015, dia internacional dos Direitos Humanos, o coletivo Os Aparecidos Políticos, em parceria com outros movimentos de preservação de memória e ligados à defesa dos Direitos Humanos⁵, promoveram o evento #OcupeMausoléu, criado com o intuito de revitalizar e ressignificar o espaço expositivo e arquitetônico que homenageia o ex-presidente Castelo Branco. A atividade foi uma resposta às recomendações da Comissão Nacional da Verdade⁶ e à proposta do gabinete do governador do Ceará de instalar um grupo

4 Podem-se tomar como exemplo, os já citados Memoriais da Resistências de São Paulo e de Fortaleza, bem como os projetos de implantação de outros memoriais como o Memorial da Resistência Carlos Marighella, em Salvador e o Memorial da Resistência Latino-americano às Ditaduras Militares (“Dopinha”, futuramente Centro de Memória Icó Lisboa), em Porto Alegre.

5 Entre eles, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos, em parceria com o Museu da imagem e do Som (MIS), a Comissão de Anistia, Comitê Memória, Verdade e Justiça do Ceará, Coletivo Aparecidos Políticos, Centro Dragão do Mar, Estácio Facó e Cine Molotov.

6 A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em maio de 2012 por Dilma. O colegiado foi constituído a fim de apurar as denúncias de violações de direitos humanos entre 1946 e 1988, período que abrange o regime militar. Com 4.328 páginas, o documento consolida o trabalho da CNV, após dois anos e sete meses de audiências públicas, depoimentos de militares e civis e coleta de documentos referentes ao regime militar e aponta 377 pessoas como responsáveis diretas ou indiretas pela prática de tortura e assassinatos durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985. Além disso, a CNV recomenda a adoção

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

de trabalho responsável pela estratégia de implementação de uma política estadual de memória, que terá por atribuição, também, a tarefa de repensar os logradouros públicos que homenageiam e referenciam personalidades diretamente envolvidas em crimes de lesa-humanidade, como é o caso do Mausoléu Castelo Branco.

O Coletivo Aparecidos Políticos “vêm desenvolvendo intervenções urbanas focadas nos debates acerca da justiça de transição e pelo direito à memória e verdade” (MOURÃO et al., 2011, p. 148). O movimento é também responsável pelo projeto “Conexões Cartográficas da Memória”, que tem o objetivo de trazer um mapeamento dos resquícios físicos do regime militar na capital cearense, pela realização de parte das atividades no Memorial da Resistência de Fortaleza. Essa iniciativa não é uma novidade, mas faz parte de uma proposta de política pública brasileira, encabeçada pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e por ex-presos políticos que, como membros da sociedade civil e protagonistas de prisões arbitrárias e de torturas, reivindicaram a patrimonialização e ocupação simbólica desses espaços, como forma de manter viva as memórias das vítimas do regime autoritário.

O Memorial da Resistência de São Paulo

Um exemplo pioneiro de iniciativa de ocupação e ressignificação desses espaços que serviram de locais de prisões e torturas é o Memorial da Resistência de São Paulo. Inaugurado em janeiro de 2009, é membro da Coalização Internacional dos Sítios de Consciência, uma rede global de locais históricos, museus e iniciativas de memória de ligação de lutas passadas aos movimentos de hoje para os direitos humanos e a justiça social. Idealizado por professores, arquitetos e ex-presos políticos, o Memorial da Resistência de São Paulo, antiga sede do Departamento de Ordem Pública e Social de São Paulo (DEOPS/SP), tem como objetivo, exposto em seu Projeto Museológico,

de 29 medidas com o intuito de prevenir graves violações de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover o aprofundamento do Estado democrático de direito, dentre elas o fomento à criação de lugares de memória e de debates acerca do período.

evidenciar os vetores da memória, de uma instituição de controle do exercício da cidadania, a partir da musealização dos espaços de resistência e de repressão, como expressões do Estado Moderno; difundir a importância da preservação dos vestígios da memória, a partir da pesquisa, salvaguarda e comunicação das fontes e indicadores dessa herança patrimonial; problematizar os distintos caminhos da memória da repressão e da resistência, enfatizando as estratégias de controle de um Estado Republicano e tendo como referência a ação do DEOPS no Estado de São Paulo a partir dos segmentos 'memórias silenciadas, apagadas, destruídas, exiladas', 'pesquisas sobre a construção da memória', 'memória e herança patrimonial'. Além disso, atualizar as questões relativas à repressão e resistência para os dias atuais. (BRUNO et al., 2009, p. 43)

O Memorial da Resistência de São Paulo, portanto, tem uma proposta bem diferente da de um museu, por exemplo. Não se limita a exposição de fatos e objetos do passado, mas “inverte a lógica da opressão”, dando espaço às memórias das vítimas e convida a refletir sobre um compromisso político com o presente. A historiadora Maria Luiza Tucci explica que o espaço do Memorial da Resistência de São Paulo

também estará aberto para discutirmos estratégias de conscientização de nossos jovens sobre o perigo da persistência das ideias autoritárias, legado das ditaduras varguista (1937-1945) e militar (1964-1983). (...) não podemos deixar que o mundo fique cego e que a memória se apague. (...) rememorar os atos intolerantes nos coloca em estado de alerta contra uma possível reprodução de certas circunstâncias históricas que, em diferentes momentos da história, culminaram com a exclusão contra as minorias étnicas, religiosas e políticas, dentre outras. Mas é preciso lembrar sempre que existem parcelas da sociedade interessadas em silenciar ou, então distorcer os fatos. Precisamos estar atentos a essa produção intencional de silêncios, procurando compreender a razão do não dito, pois nem sempre o silêncio é sinônimo de ‘implícito’ ou de ‘não querer lembrar’. O não-dizer está, na maioria das vezes,

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

ligado à história e à ideologia. Portanto, certas ocorrências não devem ser interpretadas como meros acidentes de linguagem, e sim como um 'ato de intenção'. (...). Aqui está o desafio do Memorial da Liberdade: 'quebrar a corrente do silêncio ajudando a lembrar, sempre. (CARNEIRO, 2009, p. 189)

Uma das linhas programáticas do Memorial da Resistência de São Paulo é o programa Lugares de Memória que como o projeto "Conexões Cartográficas da Memória", tem como objetivo o inventário e sinalização dos lugares da memória da resistência e da opressão políticas, neste caso do estado de São Paulo. O programa Lugares de Memória, embora contido no Programa Museológico de 2007, teve início com a inauguração da exposição temporária *Lugares de Memória - Resistência e Repressão em São Paulo*, de janeiro 26 de janeiro de 2011 a 18 de março de 2012. A exposição temporária que estava fundamentada nos relatos de ex-presos, nas pesquisas em arquivos e em periódicos e apresentou uma amostragem com cerca de doze lugares de memória da cidade, além de um mapa do mundo que sinaliza instituições similares ao Memorial da Resistência de São Paulo.

Entre os lugares catalogados e disponíveis para o público em geral no site do Memorial da Resistência estão a Casa do Massacre da Lapa⁷; o Convento dos Dominicanos e a Livraria Duas Cidades⁸; o DOI-Codi, já tombado; a Fazenda 31 de março de 1964⁹; o Instituto Cultural Israelita Brasileiro¹⁰; a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e o Centro

7 Onde em 16 de dezembro de 1976 aconteceu uma operação militar para desmantelamento do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PC do B) que ficou conhecida como Massacre da Lapa.

8 Base de apoio aos militantes da ALN, servindo de esconderijo e acolhimento a militantes e perseguidos por religiosos dominicanos.

9 Com um nome em homenagem à data da "revolução" de 1964, disfarçada de centro de exercícios do exército, suas instalações foram usadas como centro clandestino de repressão para tortura e assassinato de presos políticos.

10 Construído em homenagem às vítimas do holocausto. Em suas instalações funcionaram a Escola Scholem Aleichem, a Associação Feminina Israelita Brasileira (AFIB) e o Teatro de Arte Israelita Brasileiro (TAIB), com atividades voltadas para o cultivo da cultura ídiche, e paulatinamente envolvem-se nas lutas da sociedade civil brasileira contra os autoritarismos. O Instituto é um exemplo de lugar de memória de antes do período da Ditadura Militar.

Acadêmico XI de Agosto¹¹; a Rua Maria Antônia¹²; a Catedral e a Praça da Sé¹³; o Presídio Tiradentes e o Presídio Carandiru¹⁴; O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo¹⁵; o Teatro da Pontifícia Universidade Católica, o Tuca¹⁶; o Cemitério Dom Bosco e Vala de Perus¹⁷; e o emblemático Sítio de Ibiúna¹⁸. A proposta é muito interessante, principalmente no seu intuito de mostrar que os regimes autoritários não usavam de sua influência apenas nos presídios, mas abarcavam escolas, cemitérios, sindicatos, faculdades. Uma grande vitória dessa proposta foi a aprovação, por unanimidade, do tombamento em 2014 pelo Condephaat

11 Localizados no Largo de São Francisco é um espaço significativo que acompanha a história do Brasil Republicano. Durante a Ditadura Militar, foi um importante espaço de aglutinação do Movimento Estudantil que foram marcadas pelos sucessivos embates com a polícia e com os militares.

12 Foi um espaço de mobilização estudantil nos anos 1960. Cravado no centro da cidade, em que estava simbolicamente inscrita uma das palavras de ordem de 1968: "Sejamos realistas, peçamos o impossível". A Rua Maria Antônia também foi um centro de grande agitação política e cultural, por conta de sua localização que havia duas Universidades de posições opostas em relação ao regime, a Mackenzie e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo.

13 Ao assumir a Arquidiocese em 1970, D. Paulo Evaristo Arns transformou a Catedral em tribuna de denúncia dos crimes cometidos pela ditadura. Ao mesmo tempo, multidões passaram a se reunir na praça reivindicando anistia, melhores condições de vida e eleições diretas para presidente.

14 Casa de correção, depósito de escravos, cadeia pública e cárcere político, o Presídio Tiradentes foi inaugurado em 1852, foi fechado e demolido em 1973, restando hoje apenas o arco de pedra de seu portal. O presídio Carandiru foi inaugurado em 1920 e tendo parte de sua construção demolida em 2002.

15 Fundado em 1937, o Sindicato enfrentou a ditadura do Estado Novo e a ditadura militar participando ativamente das lutas pela redemocratização. O auditório Vladimir Herzog, feito em homenagem ao jornalista assassinado em 1975, tornou-se um importante espaço de reunião de organizações comprometidas com a luta contra a ditadura militar e pela Anistia.

16 Símbolo de resistência cultural, o Tuca buscava a reflexão, a crítica e a possibilidade de transformação social por meio da cultura e da arte. Um dos principais objetivos propostos eram espetáculos a preços populares com a inserção do povo a esses espaços até então frequentados somente por uma minoria abastada. A peça de estreia "Morte e Vida Severina" inaugura não só uma nova estética teatral, mas também o espaço, que passa a ser o palco de inúmeras manifestações culturais e políticas de resistência contra o regime imposto desde 1964.

17 Este cemitério foi, desde sua fundação, o destino de corpos de presos políticos. Em 1990, o caso das ossadas sepultadas numa vala clandestina, mobilizou um processo longo de identificação e novas investigações sobre ocultação de corpos de desaparecidos políticos. No dia 08 de julho de 1991 foram identificados os restos mortais de Sônia Maria Moraes Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana (encontrados no cemitério Dom Bosco, fora da vala) e Denis Antônio Casemiro (cujos restos mortais estavam na vala comum). No ano seguinte, em 25 de junho de 1992, foram identificados: Frederico Eduardo Mayr (seus restos mortais foram depositados na vala comum), Helber José Gomes Goulart (sepultado no cemitério Dom Bosco, encontrado fora da vala).

18 Tornou-se destaque nas páginas dos jornais publicados em outubro de 1968 por ter sido escolhido para

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

(Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) das instalações do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi, órgão do Exército e local de várias mortes e torturas, como a do jornalista Vladimir Herzog em 1971.

Demorou-se um pouco mais no Memorial da Resistência de São Paulo por duas razões: este Memorial foi o primeiro a se dedicar à preservação das memórias políticas no Brasil e serve como um “modelo” tanto museológico como conceitual para as outras propostas de lugares de memória ligados ao período da ditadura civil-militar dos outros estados. Por esse motivo, aproprio-me das características (excetuando, de propósito, as diferenças e singularidades da recepção do regime militar em cada estado do país) que são comuns entre eles, estando presentes na idealização do Memorial da Resistência de Fortaleza; na construção do Guia Memórias de Resistência - Lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964–1985, em Belo Horizonte; no projeto de Memorial da Resistência Carlos Mariguella, em Salvador; no Memorial Ico Lisboa em Porto Alegre e muitos outros. Dentre as características comuns entre eles, o artigo pretende, em seu segundo momento, problematizar, sobretudo, dois aspectos: a questão da chamada “guerra de memória” e a questão da resistência.

Memórias da Resistência ou Resistência das Memórias

Tornou-se costumeiro pensar, no que diz respeito à configuração das memórias do período da ditadura civil-militar, em uma “guerra de memória” entre *vencedores e vencidos*, atribuídos a militares e militantes, respectivamente, em que os vencedores, especialmente os oficiais das Forças Armadas, insistem em esquecer esse período da história brasileira, em prol da concórdia nacional. Os vencidos, no entanto, eram imbuídos do *dever de memória*, de relatar as memórias de lutas (armadas ou não) contra a Ditadura civil-militar. Essa dicotomia

abrigar cerca de 700 estudantes no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). No dia 12 de outubro de 1968, o Sítio foi invadido pela polícia, dando fim ao Congresso, com a prisão de vários estudantes.

serviu de inspiração para vários trabalhos acadêmicos, nos quais os pesquisadores se depararam com uma quantidade considerável de depoimentos de ex-presos, a respeito da repressão militar. Tamanho o horror do autoritarismo, principalmente, da prática da tortura, motivou os pesquisadores a propor, com grande força, uma recuperação da história política do período, com base na relação entre carrascos e vítimas.

Há, no entanto, quem ponha em xeque essa definição de papéis entre vencedores (militares) e vencidos (militantes). Se os militares venceram, em que consistiria essa vitória? Se os militantes são os vencidos, no que eles perderam? Na versão dos militares, a esquerda “esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas” (MARTINS FILHO, 2002, p.180). Desde a publicação do livro de Renato Tapajós, *Em câmera lenta*, houve um desenrolar das memórias da esquerda, não somente pelas inúmeras biografias de militantes, mas também por produções historiográficas, filmes, reportagens, peças de teatro, até projetos sofisticados e de grande impacto na produção social e acadêmica, como foi a obra *Brasil Nunca Mais*, e a memória sobre a tortura. Vencidos tornaram-se vencedores e vencedores se tornaram vencidos na “batalha da memória”, segundo os militares.

Certamente, uma questão intrigante. Será, no entanto, que essa dicotomia, independente de qual conclusão se alegue, não criaria uma espécie de divisão em “memórias particulares” de determinados grupos, dando a impressão de que no período da ditadura civil-militar os únicos que afetaram (e foram afetados) pelo regime foram os militares e os militantes, excluindo, assim, a complexidade das relações sociais, das influências externas, dos inúmeros outros personagens anônimos, considerando que um regime ditatorial seja um desserviço a qualquer sociedade? Essa chave explicativa não seria ainda uma argumentação saudosista do contexto de Guerra Fria, em sua “confortável” divisão ideológica do mundo (e das ideias) entre capitalistas e comunistas? Ainda mais: Se concordamos com Flávio Tavares, quando afirma que “a tortura destruiu os torturados e aniquilou, também, os torturadores ao transformá-los de combatentes militares em verdugos, tornando-lhes o mundo

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

incompreensível" (TAVARES, 2002, p. 199), existe a possibilidade de afirmar que houve vencedores?

Parece ser um ponto pacífico que há, sim, um conflito pela legitimação de determinadas memórias e, conseqüentemente, de um projeto político de um país. No entanto, pode-se indagar se essas memórias, dos vencidos e dos vencedores, da repressão ou da resistência, têm mesmo essa clara e objetiva separação. Se sim, o que seriam essas memórias da repressão e da resistência? Tomemos como exemplo a definição de resistência¹⁹ proposta no espaço multimídia do módulo B²⁰ – *Controle, Repressão e Resistência: o tempo político e a memória*, do Memorial da Resistência de São Paulo:

Oposição ou reação a uma *força opressora*. É a luta contra uma *autoridade governamental*, principalmente aquela que se apossa do poder de forma ilegítima. As formas de resistência variam de acordo com as circunstâncias históricas, as formas de governo ou os regimes a que se opõe. Enquanto conjunto de iniciativas individuais ou coletivas, manifestam-se sob múltiplas formas e ações. *A força da resistência depende* de sua capacidade de organização, mobilização, estratégias de propaganda e da *ideologia defendida* pelos grupos políticos e sociais. (grifo nosso)

A partir desta definição de resistência, pode-se analisar o processo de construção das memórias de resistências, a partir do entendimento que se tem do conceito, nas problematizações das duas principais ideias grifadas no texto: a aparente identificação de força opressora com autoridade governamental e a ideia que a força da resistência depende da ideologia defendida.

19 Dentre os movimentos de resistência explicitados no mesmo recurso multimídia estão a propaganda, a identidade preservada (o ato de preservar a cultura), as manifestações públicas, as manifestações artísticas, as lutas armadas, as mobilizações sociais, o exílio.

20 Na proposta museológica do Memorial da Resistência de São Paulo, o espaço de exposição de longa duração foi dividido em módulos, a saber, Módulo A- *O edifício e suas memórias*, Módulo B- *Controle, Repressão e Resistência: o tempo político e a memória*, Módulo C- *A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP*, Módulo D- *Da Carceragem ao Centro de Referência*.

Resistência a uma força opressora. Luta contra uma autoridade governamental. A definição de reação a uma força opressora vem ao encontro da já consolidada ideia de que o fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem, que são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão, formuladas pela Assembleia Nacional Francesa, na sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que desejara munir-se contra futuros absolutismos. Assim, ao longo das décadas, muitas teorias foram escritas sobre a relação entre o Estado e a sociedade, de seus contratos sociais e de seus confrontos. Cristalizou-se na figura do Estado e nos governos a representação de toda a fonte de opressão e de violência. Este instrumento repressivo é que vai se colocar em cena para proteger a propriedade privada, pela via jurídica, policial e militar.

A referência contemporânea de resistência, no entanto, é mais ligada a outro episódio da história francesa: a Resistência Francesa. Diferentemente das Insurreições de 1789, a Resistência francesa não tinha pretensões revolucionárias, mas caracterizava-se pela luta contra a invasão alemã nazista na França durante a Segunda Guerra Mundial. Com o fim da Guerra e o “exame de consciência” coletivo, *La Resistance* (com R maiúsculo) ganhava cada vez mais espaço na construção da memória francesa, juntamente a fabricação dos heróis nacionais, de Charles de Gaulle aos *partisans*. Essa construção certamente não esteve imune às suas “guerras de memória”, duas forças que defendiam versões (e ficções) dos episódios durante a Segunda Guerra: de um lado, “os gaullistas, descrevendo a epopeia de uma França Livre; os segundos [os comunistas], descrevendo o combate popular pela justiça social e pela glória dos dirigentes comunistas.” (ANSART, 2001, p. 32). Em qualquer dos lados, tornava-se evidente a firme postura dos franceses contra o regime nazista²¹.

21 Muitos franceses nem tinham mesmo como saber completamente o que significou, de fato, a destruição nazista, uma vez que a imprensa, sob o governo de Vichy, possuía grande influência na propaganda de resignação do general Pétain. Décadas depois, o assunto é ainda tratado como tabu: em uma exposição de 2008, da Mostra “Uma visão da vida parisiense durante a ocupação alemã”, pelo fotógrafo francês André Zucca, que trabalhava para a revista de propaganda nazista *Signal*, foram apresentadas 250 fotos mostram parisienses se divertindo, andando de bicicleta, passeando com os filhos, em cinemas, excluindo os aspectos dramáticos desse período. A exposição certamente é polêmica não só porque foi encomendada pelos nazistas, mas pela rejeição da população local de Paris ainda hoje de aceitar uma suposta conformidade da população francesa à ocupação nazista. Parecia “claro” que os franceses não seriam a favor do horror do nazismo e do extermínio dos judeus e das outras minorias. O não parece tão claro é que o “berço” da fundação dos Direitos

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

Aprofundar a complexidade a respeito da Resistência francesa não é o objetivo desse texto, mas a parceria Memorial da Resistência de São Paulo e o Musée de La Résistance Nationale, por exemplo, pode ajudar a discutir como esse conceito se tornou importante para entender as propostas dessas instituições, deslocando-se dos particularismos para os chamados conceitos universais. Segundo Norberto Bobbio, inspirado na experiência histórica europeia de oposição ao nazi-fascismo, o termo tende mais a um sentido defensivo que ofensivo, diz mais respeito à reação que à ação. (BOBBIO, 1997, p.1114). Ora, a resistência europeia foi adotada como modelo explicativo das ações de combate à ditadura militar, em especial à luta armada, muitas vezes *ipsis litteris*. O primeiro problema foi o da construção da chamada *resistência democrática*.

A força da resistência depende da ideologia defendida. Não são poucas as vezes que se ouve repetir que devemos prestar homenagens aos que lutaram contra a Ditadura Militar porque devemos nosso regime democrático à ação destes. A causa da repetição é motivada, primeiramente, pelo dever de memória, aos que se posicionaram contra os autoritarismos. Depois, é interessante pensar que a constante evocação dessas memórias dos resistentes é frequentemente acompanhada por um discurso de risco e, talvez, de medo: medo da volta da ditadura, medo de esquecer, medo do fim das conquistas democráticas alcançadas. Sendo também um movimento mundial, em face das Grandes Guerras, dos regimes autoritários, das ameaças da Guerra Fria, esses ‘medos’ serão cada vez mais “tratados” com a ideia de fortalecimento da democracia.

Assim, na esteira das mobilizações pelos Direitos Humanos ao redor do mundo, a democracia, de regime de governo passa a ser entendida como direito inalienável dos homens. A democracia, embora tenha suas origens com os gregos antigos, em muitos momentos da história, porém, não foi considerada como um sistema incontestável, tendo sido muitas vezes, contestada, rejeitada e esquecida. No processo de abertura democrática

Humanos e da Resistência seja tão frequentemente acusado de estigmatizar seus imigrantes.

no Brasil, as memórias da esquerda também passaram por uma profunda metamorfose no processo de recuperação das lutas contra a ditadura civil-militar, uma vez que as aspirações contemporâneas pela afirmação da democracia englobavam também o modo de compreensão dessas memórias.

Tornou-se comum escritos como palco de homenagem das memórias dos resistentes, que falavam, por exemplo, que “o Memorial da Resistência se propõe, acima de tudo, a ser um tributo a todos o que, imbuídos do ideal de justiça e democracia, lutaram e lutam contra a opressão” (ARAÚJO et al., 2009, p. 75). Ainda em 2009, ano da inauguração do Memorial da Resistência de São Paulo, na temática da Ditadura Militar, foi exibida, de 7 de novembro a 25 de abril de 2010, a exposição Carlos Marighella, que utilizou cartas e materiais inéditos, textos do próprio Marighella, imagens de arquivo, iconografia variada e testemunhos de amigos e familiares editados em um curta metragem, sob a curadoria de Isa Grinspum Ferraz e Vladimir Sacchetta.

Se a força da resistência depende da força da ideologia defendida, de fato, os ideais de Marighella, a força política de suas ideias de liberdade e de resistência à ditadura, empolgaram muitos corações e mentes. No entanto, as ideias de liberdade e de resistência, não eram coincidentes com a abertura democrática reivindicada no fim do regime militar, mas tinha uma proposta de destruição da sociedade capitalista, do imperialismo, no qual “a obrigação de todo revolucionário é fazer a revolução” (MARIGHELLA, 2012, p.7).

Para Daniel Aarão Reis, do ponto de vista das relações entre história e memória, houve, durante o processo de abertura do país, que envolveu determinados setores da sociedade, uma espécie de universalização da resistência democrática, em detrimento aos ideais revolucionários dos grupos de enfrentamento armado ao regime. Segundo Aarão Reis,

As propostas revolucionárias não encontraram respaldo na sociedade. (...). De modo geral, a sociedade não se empolgaria pela luta armada. Os ecos das comemorações pelos gols marcados no México pela seleção tri campeã

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

mundial ressoariam mais altos, e cobririam, os gritos dos que estavam nas câmaras de tortura da OBAN e dos DOI-CODIs (...). Enquanto se consumava a destruição das esquerdas revolucionárias, ganhando corpo com a sua completa aniquilação, já se elaboram análises críticas a autocríticas a respeito das propostas de luta armada. (...). Criaram-se assim as condições para que, no interior da luta pela anistia, se operasse uma notável reconstrução: a luta armada ofensiva contra a ditadura militar, com o objetivo de destruir o capitalismo e instaurar uma ditadura revolucionária, ou seja um projeto revolucionário transmudou-se em resistência democrática contra a ditadura. (REIS FILHO, 2004, p. 48)

No processo de recuperação das memórias, poderia se indagar se não seria mais favorável uma representação de Marighella como um democrático, em vez de um homem que se acredita que “ser ‘violento’ ou um ‘terrorista’ é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada, porque é um ato digno de um revolucionário engajado na luta armada contra a vergonhosa ditadura militar e suas atrocidades” (MARIGHELLA, 1999, p.2) gerando estranheza ao ouvinte contemporâneo.

Concordando com a denúncia do aspecto mistificador da chamada resistência democrática, Marcelo Ridenti aponta que mesmo assim, essas constatações seriam insuficientes para negar que a luta das esquerdas armadas tenha sido parte da resistência à ditadura militar, uma vez que “importa mais o significado de combate à ditadura do que o de ofensiva revolucionária” (RIDENTI, 2004, p.54). Embora a provocação do sociólogo Marcelo Ridenti seja muito pertinente, pode-se discutir alguns aspectos de sua argumentação. Igualmente entendendo resistência a partir dos referenciais europeus, há pelo menos três questões que podem ser problematizadas na argumentação do autor: primeiro, se importa mais o combate à ditadura que a ofensiva revolucionária, por que então não houve uma união entre as organizações de luta (MR8, ALN, COLINA, POC, POLOP, M3G etc.) mobilizando assim uma ampla frente política em combate à Ditadura?

Em seu livro *O Fantasma da Revolução Brasileira*, também sua tese de doutorado em Sociologia, Ridenti afirma, utilizando-se de entrevistas de militantes que atuaram na luta armada, que houve diversas tentativas de unificação das esquerdas, uma vez que apresentavam pontos em comum, fruto do mesmo processo histórico, mas que apesar dos pontos convergentes, as divergências indicadas tornavam inconcebível às esquerdas uma unificação a curto prazo. Ridenti acredita que a fragmentação dos movimentos de esquerdas advém da perda de suas bases sociais, fruto do “aumento da repressão, com a recuperação do capitalismo brasileiro e com o refluxo dos movimentos de massa” (RIDENTI, 1993, p.56) e somente um amplo e contínuo movimento de ascensão das massas poderia, eventualmente, gerar uma expressão política unitária. No entanto, “não foi o que aconteceu; pelo contrário, a fragmentação da esquerda vinha na onda da derrota de 1964, não só das esquerdas, mas do próprio movimento popular” (ibid., p.57).

A análise de Ridenti é interessante na medida em que põe às claras que aquilo que unificaria os grupos armados era a necessidade da revolução (e não a abertura democrática do país), com o apoio das massas, dos diferentes grupos sociais. No entanto, a argumentação de Ridenti parece ser muito mais conjuntural do que propriamente uma exploração daquilo que os diferentes grupos armados pensavam de como se alcançariam a revolução, haja vista a multiplicidade de propostas por parte desses grupos. Pode-se indagar, por exemplo, se a perda das bases sociais, por estes grupos, devia-se de fato ao aumento da repressão ou se as massas não conseguiam reconhecer qual era o projeto que estavam sendo-lhes oferecido.

Segundo, ao tomar o exemplo da *Resistenza* italiana, Ridenti sugeriu que, a exemplo do que ocorreu naquele país, onde os comunistas estabeleceram alianças com partidos burgueses, considerando os inúmeros movimentos de resistência em que havia a proposta de construção de uma sociedade socialista, e que, portanto, para chegar à Revolução era necessário passar pela libertação nacional. Para o autor, também no Brasil a esquerda armada, ao lutar contra a ditadura, colocava-se contra o autoritarismo e a favor da liberdade. No entanto, além de ser problemática a ideia de luta contra um “invasor”, que fosse

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

caracterizado como “inimigo nacional”, o engajamento dos comunistas italianos na *Resistenza* foi determinado pelo comando do Partido Comunista Italiano (PCI), que passou a orientar suas seções nacionais a formar frentes únicas anti-nazifascista, diferente da experiência dos grupos armados no Brasil, onde a esquerda armada se opôs à proposta do PCB, entendida como reformista, ao invés de revolucionária²².

Terceiro, a comparação com o caso europeu, pressupõe que, à semelhança do que ocorreu na França, houve no Brasil, um movimento de libertação nacional contra um “inimigo externo”, contra o “invasor”. Será que essa ideia de “invasor” não ajudaria a corroborar a ideia que vários grupos defendem no país, que a ditadura militar nunca teria sido bem-vinda, e que pura e simplesmente, subjugado e reprimido por um regime ditatorial revogado agora como uma espécie de força estranha e externa? Esse discurso não serviria para isentar as relações de identidade, de apoio ou de omissão e de colaboração de parte expressiva da sociedade²³ com o regime militar? A transformação do ditador em tirano seria uma construção posterior? A sociedade entendia o governo Médici como uma tirania? Por que será que o Brasil do milagre econômico e da vibração com os grandes lances de Rivelino foi o mesmo Brasil dos Anos de Chumbo, de maior repressão? Havia uma manipulação completa por parte do regime ou podemos pensar que os regimes autoritários também “expressavam valores e interesses das sociedades que, em dado momento, eram outros que não os democráticos” (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p.17)?

Finalmente, a comparação com a experiência francesa não traria também os mesmos “problemas de memória”, no que diz respeito à “heroicização” dos resistentes? Se é certo que

22 Antes mesmo da tomada do poder pelos militares em 1964, o PCB já havia sofrido uma cisão interna, quando em 1962, muitos de seus membros decidem fundar um novo partido, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), rompendo com a política “etapista” adotada pelo PBC, principalmente após a Declaração de 1958, na qual defendia uma revolução anti-imperialista e antifeudal através de um caminho pacífico e de uma frente ampla, democrática e nacional. A proposta “etapista” pressupunha o desenvolvimento prévio das relações burguesas, como forma de superar as “relações feudais” existentes no país, abrindo caminho para a revolução socialista. Em contrapartida, assim como o PCdoB, depois de 1964, vários grupos armados surgiram apoiados na “teoria do salto”, que vislumbrava uma tomada de poder armada, em uma aliança proletário-campesina, sem a necessidade de passar por etapas intermediárias.

23 Mesmo tendo consciência que esse conceito traga uma definição difícil, uma generalização forçada.

os heróis ou os “super-homens” pouco falam sobre esses homens e mulheres que lutaram contra a Ditadura militar, pouco explicam também porque, hoje heróis, foram no passados fracassados nas suas lutas, principalmente, na luta armada, por que foram delatados muitas vezes por cidadãos comuns e passaram às vezes anos no exílio, sem que houvesse, antes, uma elevada mobilização pela Anistia, pela liberdade.

Pensar a memória política no plural

Portanto, a equiparação (embora a comparação sim, possa ser válida) com o caso europeu deve ser rejeitada como base explicativa da luta contra a Ditadura Militar no Brasil. Descartada a ideia de resistência democrática, pode-se também descartada a ideia de resistência? Não. Se considerarmos que o conceito indica uma reação a um poder ilegítimo e opressor, ele continua sendo válido, não porque a luta contra a ditadura seja mais importante que a proposta revolucionária, mas porque a ditadura tomou formas diferentes da época do golpe, intensificando a repressão, e, portanto, tornou-se necessário uma resistência a esse regime, uma vez que disso dependia a própria sobrevivência desses grupos e dessas pessoas.

Seria essa metamorfose um processo de instrumentalização das memórias ou seria um artifício da memória para que ela própria seja legitimada, estratégia de defesa contra a aceleração da história, muitas vezes *irreverente e iconoclasta*, como afirma Pierre Nora?

Instrumentalizando-se as memórias, percebe-se que na “guerra de memória”, se os vencedores foram os militantes, eles só o foram em parte. Segundo Denise Rollemberg, em suas análises sobre as biografias de ex-militantes, “entre os vencidos que venceram a guerra das memórias, houve uma pluralidade de memórias esquecidas, publicadas sim, mas não conhecidas ou não incorporadas na memória coletiva ou incorporadas como esquecimento.”(ROLLEMBERG, 2006, p. 84) Instrumentalizando-se as memórias esquecemos os assuntos polêmicos, esquecemos *onde não houve tanta resistência*, que não se deve mexer. Se pensarmos, por outro lado, em artifícios da memória, o debate torna-se mais complexo e

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

requer que se encaixe nos intensos debates a respeito das relações entre memória, história e esquecimento.

Uma possível estratégia para enfrentar essa questão pode se realizar, pois, em dois sentidos: primeiro, uma necessária historicização também das memórias (e das resistências). O trabalho de Maria Paula Araújo (2006, p. 93-104) e o projeto “Memórias de Esquerda” esclarece que há, pelo menos, duas gerações que participaram da luta contra o regime militar: a geração de 1968 e a geração dos anos 70. A geração de 1968 é extremamente marcada pela luta armada, a militância clandestina, enfrentar a morte, perder amigos, enfrentar a tortura, o exílio. A geração de 1970 é marcada pelo processo de redemocratização, pelas discussões em torno da democracia, pela aliança com setores liberais. A diferenciação dessas memórias pode ajudar a melhor compreender o período, a estimular uma cultura de tolerância com as correntes de pensamento do passado, e evitar a instrumentalização ideológica dessas memórias.

Segundo, a opção pelo palco de homenagens aos “heróis” da democracia pode ser problemática porque deixa de considerar outros aspectos (ou memórias): além do problema já posto da resistência democrática, não se deve considerar somente os sentimentos, mas também os ressentimentos, “é preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança, os fantasmas de morte”(ANSART, 2001, p.15) os quais formariam as memórias “vergonhosas” de cumplicidade, de omissões, em um aprofundamento da *zona cinzenta*, em que o “sub-homem deve interessar-nos mais que o super-homem”²⁴ (AGAMBEN, 2008, p.31). É justamente na percepção dessa zona cinzenta que podemos estar mais próximos da “realidade” dos homens, não se limitando simplesmente à estigmatização ou demonização dos “milicos”, mas entendendo qual a ‘lógica’, as ideias, a concepção de mundo dessas pessoas que até hoje defendem (com convicção) a chamada Revolução de 1964 e, ao

24 O conceito de zona cinzenta é desenvolvido por Giorgio Agamben para indicar, no contexto da Shoá nazista, a supressão da ética e a criação de um lugar, não totalmente determinado, onde as vítimas se tornam carrascos, e os carrascos, vítimas. Um exemplo disso, são os *Sonderkommando*, organizações nazistas que recrutavam judeus para serem algozes de outros judeus. Tal situação de inversão de papéis é, na visão de Agamben, um dos maiores delitos nazistas, pois mostra a face sub-humana dos homens.

contrário do que se possa imaginar, não são “monstros”, psicopatas ou psicóticos, mas homens e mulheres totalmente comuns.

Acreditando na diferença entre historiadores e militantes partidários (embora esses aspectos apareçam muitas vezes perfeitamente juntos), entende-se aqui que a luta contra o autoritarismo e a ditadura não justificam a falsificação das análises e das fontes do período. Portanto, pode-se entender que:

Por muito tempo, a ênfase das abordagens das experiências esteve no poder das forças coercitivas; o ângulo de observação do historiador, o Estado; o objetivo a ser buscado e valorizado, a resistência. O principal problema que as interpretações colocam, provavelmente, é não compreender os regimes autoritários e as ditaduras como um produto social. As explicações que partem das oposições *vítima e algoz, opressor e oprimido*, buscando respostas na repressão, na *manipulação*, no desconhecimento (*nós não sabíamos*), embora sedutoras- explicam tudo sem muito esforço e sem colocar o dedo na ferida-, levam a distorções consideráveis. Apegadas às necessidades do presente, essas distorções acabam por encobrir o passado, o presente, os valores e as referências das sociedades que sobrevivem às rupturas, pontes de continuidade, a sinalizar possibilidades de futuro. (ROLEMBERG; QUADRAT, 2010, p. 11)

Considerações Finais

Frequentemente ligadas aos discursos memoriais e à retórica dos testemunhos, a memória também deve ser objeto de autocrítica, não nas suas funções sociais e judiciárias, mas nos seus usos historiográficos. Nas complexas construções da memória e, principalmente da memória política, Beatriz Sarlo afirma que o testemunho coloca à história um problema, uma vez que este constituiria “uma exceção sobre a qual é complicado (quase

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

impróprio) exercer o método historiográfico, pois se trata de experiências extraordinárias, que não podem ser comparadas a outras” (SARLO, 2007, p. 36-37).

A autocrítica é essencial para neutralizar os *abusos de memórias*. Para Todorov (2008), no fim dos tempos de autoritarismo, houve um elogio incondicional da memória e uma condenação veemente do esquecimento, que teriam tomado proporções maiores que a pretensão original. Entre as causas desses excessivos elogios à memória, Todorov aponta certo saudosismo, uma fuga doentia ao passado como forma de exonerar os sofrimentos presentes, e, por fim, entre as suas constatações mais polêmicas, insere-se no âmbito das conquistas políticas, em que o culto à memória daria aos grupos e pessoas protagonistas nesses acontecimentos o estatuto de vítimas para assegurarem privilégios na sociedade. Nem a história deve aprisionar a memória, nem a memória pode “explicar” a história.

É nesse trabalho de questionamento que o historiador procura nas memórias rastros no qual se encontram uma pluralidade de respostas a uma mesma situação-limite, não para uma condenação ou idolatria estéril, talvez preconceituosa (como as teorias dos dois demônios, as “hipóteses revanchistas”, as covardes argumentações em defesa das “ditabrandas”), mas para extrair das experiências, o princípio de ação para novas possibilidades do presente e do futuro. Por outro lado, as memórias também indicam rastros para se pensar o desserviço das ditaduras e dos autoritarismos para uma sociedade e de como os seus “tentáculos” estão também fora das suas prisões, indicando que as discussões a respeito de uma ditadura não dizem respeito somente a vencedores e vencidos. Afinal, não são também vítimas da ditadura àqueles submetidos à “limpeza” nas universidades, com expulsão de professores e de alunos, a imposição de uma educação medíocre e mercadológica que tem consequências até hoje, a mentalidade autoritária nas escolas e nas universidades; o massacre nas comunidades indígenas; a censura aos jornalistas e à informação, oferecendo-nos uma herança do “monopólio” da imprensa; aos anos de atraso democrático, entre tantos outros exemplos?

Ora, em uma pluralidade de memórias, os lugares de memórias também se tornam mais democráticos, mais vivos, porque diz respeito a toda uma sociedade e não somente a determinados grupos. Quando pensamos em lugares de memória, como o Mausoléu Castelo Branco e o Memorial da Resistência de Fortaleza, excetuando as intervenções pontuais dos coletivos e dos estudantes, deparamo-nos com uma situação de abandono. Abandono dos órgãos públicos, mas abandono maior da sociedade que não se vê parte como parte dessa mesma história. Aliás, como aponta Elizabeth Jelin, ainda que se queira “cristalizar en la piedra o en la ruina preservada, aunque la materialidad de la marca se mantenga en el tiempo, no hay ninguna garantía de que el sentido del lugar se mantenga inalterado en el tiempo y para diferentes actores.” (JELIN; LANGLAND, 2003, p.15)

O fomento para a construção de lugares de memória torna-se hoje uma pauta imprescindível para a recuperação da memória política do país e forma visível de combate aos autoritarismos. O convite que se faz é que, nesses lugares, os conceitos (como de resistência) não sejam naturalizados (ou simplesmente importados); que deem lugar às memórias “vergonhosas” ou “subterrâneas”; que se faça uma leitura desse momento da história nacional, considerando o contexto externo, mas levando em consideração a cultura do país, suas conveniências, suas fraquezas, suas lutas. Desse modo, os lugares de memória são instrumentos poderosos de transformação do presente, tomando o passado como referência e aprendizado, não como forma de escravidão, de modo a possibilitar um futuro mais humano, mais democrático, mais plural.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ANSART, Pierre. “História e Memória dos Ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

____. "Mal-estar ou fim dos amores políticos?". *Revista História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 24 e 26-jul./dez. 2001/ jan./jun.2002.

ARAÚJO, Maria Paula. "Estratégias de Resistência e memória de luta contra o Regime Militar no Brasil (1964-1985)". In: João Roberto Martins Filho (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; AIDAR, Gabriela. Projeto Museológico de Ocupação. In: ARAÚJO, M.; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Orgs.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado/ Memorial da Resistência de São Paulo, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília, DF : UnB, 1997.

JELIN, Elizabeth e LANGLAND, Victoria (orgs). Introducción. Las marcas territoriales como nexos entre pasado y presente. **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Madrid :SigloVeintiuno, 2003.

MARIGHELLA, Carlos. Quem samba fica, quem não samba vai embora. Carta dirigida aos revolucionários de São Paulo, dezembro de 1968. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (orgs.). **Carlos Marighella**. O homem por trás do mito. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 1999.

____. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. Joinville: Clube dos Autores, 2012.

MOURÃO et al. "Os Aparecidos políticos: arte ativista e Justiça de Transição". In: *Revista Anistia: política e justiça de transição*, Brasília, n.6, p. 148, jul./dez. 2011.

NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Revista Projeto História*, São Paulo, n.10, dez.1993.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória". In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, Sp: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. "Resistência e Mistificação da Resistência armada contra a Ditadura: armadilha para pesquisadores". In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, Sp: Edusc, 2004.

____. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

ROLLEMBERG; Denise; QUADRAT, Samantha Viz. "Brasil". In: ROLLEMBERG; Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*.

Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. "Esquecimento das memórias". In: MARTINS, João Roberto Filho (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado- cultura de memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Madrid: El arco de Ulises, 2008.

VAN ZYL, Paul. "Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito". *Revista Anistia: política e justiça de transição*, Brasília, v. 1, n. 1, p.32, jan. /jun. 2009.